

18. ARTIFÍCIOS DO TIC-TAC¹

Rui Grácio²

Telmo Ferreira³

António Pernas⁴

Resumo

Na presente comunicação, pretende-se estudar a relação entre o relógio e valores contemporâneos, interrogando os atributos disseminadores de vetores ideológicos deste mecanismo e as suas repercussões no fomento de uma racionalidade algorítmica que desembocará no desenvolvimento de tecnologias do governo do tempo que instauraram um novo regime de temporalidade – o *tempo real*. Este tempo, manipulado pelo meio digital, decorre dos múltiplos avanços feitos sob o signo da noção moderna de eficiência e progresso, proporcionado pela artificialidade métrica do relógio. No seguimento disto, o tempo real constitui-se como um dispositivo de poder que molda subjetividades, estrutura desigualdades e redefine os modos de existir no tempo, seduzindo-nos com o conforto de não ter de pensar na nossa própria finitude.

Palavras-chave: Relógio; Artificial; Progresso; Racionalidade algorítmica; Governamentalidade; Tempo real.

I. A artificialização do tempo e a tautologia do progresso

“Passou a correr!” – é o que dizemos depois de passarmos um tempo em que estivemos completamente presentes. Tempo esse em que deixámos de ouvir o incessante Tic-Tac do relógio e assim, por breves momentos, escapámos à sua tirania.

É tal a influência do tic-tac que, quando somos levados por outros ritmos temporais, julgámos ter perdido o compasso que nos sincroniza com o “perpétuo progresso do mundo”. Esta é a principal consequência da apropriação

¹ Trabalho apresentado durante o XIX Encontro Internacional Científico Otium: Ócio e Cultura Lenta na Era do Digital.

² CLLC – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro. E-mail: rgracio@ua.pt

³ CLLC – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro. E-mail: teulmo@gmail.com / FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – DOI <https://doi.org/10.54499/2023.01598.BD>

⁴ CLLC – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro. E-mail: antonio.pernas@ua.pt

humana do artifício do relógio – levar-nos a crer que o tempo não produtivo é uma perda de tempo.

1. Relógio – o mecanismo-chave para a entrada na era industrial moderna

Bem sabemos que o relógio incorpora um modelo do mundo real, mais precisamente, o das regularidades da órbita terrestre, mas isso não quer dizer que esta ferramenta não tenha aplicado, sob a realidade temporal percebida pela experiência, uma métrica artificial que progressivamente foi desvitalizando a experiência direta. Colocando a mediação do relógio entre o sentir e o mundo, a humanidade enveredou por uma racionalização através do controlo de um tempo contável e dirigiu-se para um funcionamento social regulado pela medida e pela quantificação. Esta migração de um funcionamento orgânico para um maquínico-racional trouxe consigo um conjunto de valores que inauguraram a cultura científica e abriram portas para a chegada da era industrial moderna.

O relógio é, sem dúvida, muito mais do que uma mera prótese, uma vez que “o truque que o homem executou e possibilitou o surgimento da ciência moderna não foi nada menos do que a transformação da natureza e da percepção da realidade pelo homem” (Weizenbaum, 1991). Truque esse que nasceu com a métrica temporal do relógio, razão que nos leva a considerar este instrumento como uma máquina embebida em ideologia que disseminara os valores da eficiência e rentabilidade ao ponto de se tornarem ubíquos. Em suma, o relógio é uma máquina inspiradora do pensamento moderno traduzida no *fazer mais em menos tempo*, ideia fundadora das noções modernas de quantidade e velocidade.

Victoria Camps refere que a “velocidade” é a essência do mundo moderno. Mundo em que se vive depressa e onde “não é permitido perder tempo” porque “tempo é dinheiro” e essa é a máxima que “se converteu no motor do capitalismo”. Isto é crucial para compreender o quanto uma noção aparentemente inócua como velocidade faz exponenciar o valor da lógica mercantil e consumista. Ainda assim, interessa-nos rebater uma consideração no seguimento do texto, a de que “a velocidade foi uma conquista que começou com a máquina a vapor” (Camps, 2003).

As máquinas a vapor permitiram-nos percorrer distâncias maiores numa menor duração e produzir muito mais coisas a muito maior velocidade. Mas

como poderíamos acelerar sem um tempo contável para ser acelerado? Isto indica-nos que o rumo para a aceleração encontrara já uma mentalidade guiada pela quantificação que surgira, não com a máquina a vapor, cuja valência é a de ser uma prótese do corpo humano, mas antes com o relógio, cuja valência é a de ser uma máquina autónoma que conduz à vontade e necessidade humana de “velocidade”. Esta invenção, atribuiu assim medidas universais, tais como horas, minutos, segundos, à conceção cronológica do tempo (e relembre-se a definição aristotélica do tempo cronológico como “número do movimento entre o antes e o depois”, (*Physica*, IV, 11, 219b)) e fez ascender a *eficiência* a imperativo máximo de uma sociedade ditada, tanto na dimensão laboral como na social-afetiva, pela pulsão do fazer o maior número de coisas no menor tempo possível.

2. (Crono) métrica do relógio no desenvolvimento da ideia contemporânea de progresso.

A ideologia embebida no relógio enformou o rumo coletivo da sociedade atual para o chamado “progresso”. Termo esse que é traduzido nos ciclos de aceleração dos sistemas de produção e modos de organização humanos em prol da eficiência. Ciclos renovados pelo surgimento de novas tecnologias, tais como as máquinas a vapor, o computador digital e a recente inteligência artificial, que se inscreveram commumente na história como motores dos grandes “avanços civilizacionais”.

E, de facto, olhando para estes marcos, é indiscutível que tenhamos avançado, contudo não podemos estar tão certos da direção em que avançamos. Isto porque o atributo “civilizacional” dado a estes avanços é particularmente discutível. Para compreendermos o sentido moderno da nossa relação com o tempo importa remontar ao seu ponto de partida. E, se considerarmos o que já foi referido, saberemos que este ponto fora profundamente marcado por uma invenção que se apartara das demais exatamente por não se sujeitar diretamente aos comandos e instruções do humano, agindo como uma prótese do seu corpo (mecanismos protéticos) mas, antes, por ser um mecanismo autónomo que, além de prescindir da ação humana para o seu funcionamento, não se sujeita à sua vontade ou necessidade imediatas. Muito pelo contrário, não alteramos os ponteiros do relógio para que o tempo se ajuste à nossa vontade ou contingência, em vez, alteramos a nossa forma de interagir no mundo para que estas se possam encaixar na organização tem-

poral do relógio e introduzimos rotinas, cronogramas e mapas temporais para que a contingência seja reduzida ao mínimo possível. É por esta razão que problematizamos a ideia de “avanços civilizacionais”. Isto porque, os passos dados nesta direção não partem propriamente da convivência humana no mundo, da sua experiência direta ou até das suas vontades informadas pela contingência, mas sim de um projeto de rentabilidade do tempo imposto por um modelo artificial.

Por isso mesmo podemos perguntar se os avanços históricos ocorridos desde a idade moderna são em prol da civilização ou somente em prol da manutenção de ciclos que validam o ideal de progresso por via da aceleração e consequente rentabilização do tempo. Isto porque a civilização pouco poderá beneficiar da rentabilização do tempo que lhe sobra e das comodidades trazidas pela tecnologia se esse tempo é forçosamente investido em novas formas de despendo o tempo que podem novamente ser rentabilizadas.

Perante a promessa de maior tempo livre trazida com tecnologias digitais e robóticas desde finais do século passado, somos confrontados com uma sociedade exausta que nunca parece cessar de trabalhar. Aliás, para Han (2018, p. 45) hoje “não tempos outro tempo, senão o do trabalho”, uma vez que até “a pausa é somente uma fase do tempo do trabalho”.

3. Tautologia dos avanços tecnológicos rumo ao progresso

As consequentes invenções dadas sob a promessa de maior tempo livre tornaram-se indispensáveis para o nosso quotidiano. Seria incomportável viver hoje sem acesso a todas as comodidades que possuímos em casa e que nos permitem poupar tempo assim como, quase do mesmo modo, seria muito difícil comunicar, manter relações sociais e trabalhar sem um recurso mínimo à internet e tecnologias digitais.

Portanto, não há dúvida alguma que estes recursos são indispensáveis, contudo são indispensáveis na medida em que eles se emaranham de tal forma no nosso modo de vida que já não podem ser excluídos sem prejudicar fatalmente toda uma estrutura social e económica.

Sim, sabemos que isto é uma tautologia ao referirmos que tal coisa é imprescindível porque se tornou imprescindível. Mas esta tautologia é importante para pensarmos no quanto alguns avanços feitos em prol do progresso podem desembocar num compromisso irreversível. Não é de toda verdade que as redes sociais e as plataformas de colaboração e videoconfe-

rência tenham influenciado positivamente a qualidade de vida dos europeus ou sequer a economia na Europa. O custo de vida do cidadão europeu tem aumentado e os seus salários não têm acompanhado estes aumentos, uma tendência ocorrida nos últimos anos⁵. A transição de alguns postos de trabalho para o meio digital ou híbrido conduziu a um menor acesso a direitos laborais (negociação coletiva, segurança no trabalho, entre outros) e os postos de trabalho criados exclusivamente a partir dos meios digitais levam milhares de cidadãos a trabalhar em regimes precários sem qualquer tipo vínculo ou segurança laboral⁶.

Portanto os avanços tecnológicos feitos sob a promessa de mais tempo livre e de conforto não são cruciais para a qualidade da nossa vida, muito pelo contrário; a nossa adesão entusiasta e acrítica às novas possibilidades trazidas pelos avanços tecnológicos potenciada pela nossa propensão para o conforto e controlo do tempo é que tornam estas tecnologias num recurso essencial para a sobrevivência da sociedade *numa forma* fundamentalmente esculpida pelos próprios avanços.

Então que revolução o relógio engendrou se tudo o que parece ter ocorrido fora um truque de percepção? Há um domínio efetivo da humanidade sob a natureza? Quer isto dizer que vencemos as circunstâncias que ditam a contingência da nossa vida, que superámos a alteridade que se interpõe violentamente à nossa afirmação enquanto seres soberanos do nosso destino ou simplesmente migramos a nossa vivência para outra dimensão, uma dimensão cuja métrica do relógio havia inaugurado e agora, com a ubiquidade da internet e o uso de redes sociais como espaço predileto para a interação social, se tornara virtualmente possível. Simplesmente parece que transitamos de uma realidade em que a experiência, sensibilidade e contemplação faziam parte da vida para uma, cujas horas, minutos, segundos emparedam a inteligibilidade destas dimensões da existência substituindo-as pela hegemonia das afetações, do excesso da informação no lugar do conhecimento e da solicitação permanente para uma resposta permanente em tempo real. Realidade essa que enforma os valores e modos de pensar vigentes nos dias de hoje, aquilo que passaremos a denominar de racionalidade algorítmica.

⁵ https://eures.europa.eu/cost-living-eu-2025-02-20_en?

⁶ <https://www.eurofound.europa.eu/lv/impact-digitalisation-social-dialogue-and-collective-bargaining?utm>

II. Racionalidade algorítmica e tecnologias do governo do tempo

A emergência de sistemas computacionais capazes de operar com grandes volumes de dados e em velocidades próximas ao instantâneo transformou radicalmente a maneira como o tempo é experienciado, organizado e governado. A noção de racionalidade algorítmica — entendida como um regime técnico e epistemológico que privilegia a modelagem, a previsão e a correlação em detrimento da causalidade tradicional — tem-se consolidado como um novo paradigma de ação governamental e organizacional. Nesse contexto, as tecnologias digitais operam não apenas como ferramentas, mas como *dispositivos normativos* que moldam o tempo social. Por outro lado, importa salientar a crescente centralidade da expressão “tempo real” como figura de retórica privilegiada da contemporaneidade digital e do seu regime de velocidade computacional (Mbembe, 2019). Ela mostra que a temporalidade imposta por tais tecnologias — herdeiras da ideologia (cron)ométrica embebida no relógio — constitui uma forma de governamentalidade que reorganiza os modos de subjetivação e produção da vida.

1. Racionalidade algorítmica como forma de governamentalidade

A noção de governamentalidade, cunhada por Michel Foucault, refere-se às práticas, saberes e tecnologias por meio das quais se busca conduzir a conduta dos indivíduos e das populações. A racionalidade algorítmica, nesse sentido, deve ser entendida como uma mutação na forma de governo, na qual algoritmos operam como instâncias decisórias, reorganizando processos de administração pública, gestão de riscos, segurança, educação e trabalho. Fala-se, nesse sentido, de “algocracia” (Vicente, 2023) e “cronopolítica” (Rouvroy & Berns, 2013).

Diferentemente da racionalidade jurídica ou disciplinar, a racionalidade algorítmica não prescreve comportamentos por meio de normas explícitas, mas modula condutas por meio da personalização, da previsão estatística e da automatização de respostas. Ela substitui princípios de causalidade por lógica correlacional e transforma o futuro em objeto de antecipação técnica. Essa forma de governo está ancorada na gestão do tempo, já que o valor da ação está, cada vez mais, na sua prontidão e eficiência temporal.

2. Tecnologias de governo do tempo

As tecnologias digitais contemporâneas não utilizam apenas o tempo como parâmetro, mas produzem-no como objeto governável. O tempo é fracionado, monitorado, automatizado e monetarizado. Os calendários integrados, as notificações constantes, os sistemas de análise preditiva e os dispositivos de rastreamento temporal (como os utilizados em plataformas de trabalho remoto ou serviços logísticos) são exemplos de tecnologias que normatizam ritmos e reorganizam temporalidades sociais.

A concepção tradicional de tempo — linear, progressivo e homogêneo — dá lugar a uma multiplicidade de tempos: acelerado, contínuo, simultâneo. A compressão temporal promovida pela racionalidade algorítmica é, pois, um dispositivo de poder: ela não apenas aumenta a eficiência dos fluxos, mas redefine o que é considerado “tempo útil”, “tempo morto” ou “tempo desperdiçado”.

Essa modulação afeta também a dimensão subjetiva. Os sujeitos são instados a responder em tempo real, a manter produtividade constante, a adaptarem-se aos ciclos de atualização contínua. A experiência do tempo torna-se um vetor de disciplina e uma métrica de valor individual.

3. O “tempo real” como categoria tecnopolítica

A expressão “tempo real” tornou-se onnipresente nos discursos tecnológicos e mediáticos, funcionando como um símbolo de modernização, eficiência e controle. No entanto, trata-se de uma categoria ambígua e ideologicamente carregada. Do ponto de vista técnico, “tempo real” refere-se à capacidade de um sistema processar informações e gerar respostas com latência mínima — isto é, quase imediatamente. Do ponto de vista político e social, essa noção implica uma redefinição da temporalidade como urgência constante, eliminando lacunas, silêncios e momentos de reflexão.

Saliente-se: “tempo real” não é apenas um atributo técnico. É uma temporalidade normatizada que privilegia a vigilância contínua, o consumo instantâneo e a responsividade permanente. Plataformas como redes sociais, aplicativos de transporte, sistemas de crédito e vigilância estatal utilizam o “tempo real” como estratégia de controle e antecipação de comportamentos. Ele reforça a lógica neoliberal da performance e da aceleração, obscurecendo

a necessidade de desaceleração, pausa, contemplação e reflexão — elementos essenciais à autonomia subjetiva.

Paradoxalmente, o “tempo real” impõe uma experiência artificial do tempo, marcada por hiperdisponibilidade e exaustão (Han, 2014). A promessa de estar sempre atualizado e conectado transforma-se em imperativo de produtividade contínua, contribuindo para o esgotamento psíquico, cognitivo e social dos indivíduos.

4. Implicações éticas e políticas

A colonização algorítmica do tempo levanta questões fundamentais sobre autonomia, subjetividade e justiça temporal. Quando o tempo é modelado por tecnologias que escapam à compreensão humana e operam com opacidade, surge um novo tipo de sujeição: o indivíduo torna-se previsível, calculável, otimizado — mas também manipulável e manipulado. A liberdade de experimentar o tempo em ritmos próprios de metabolização é substituída por uma normatividade temporal que favorece a eficiência e a vigilância, ao mesmo tempo que cria adições desvitalizadoras.

Além disso, a racionalidade algorítmica tende a consolidar regimes de verdade automatizados, nos quais o valor do tempo é medido exclusivamente por métricas de desempenho. Essa visão estreita empobrece a experiência temporal e invisibiliza formas de vida que não se enquadram na lógica produtivista.

III. Considerações Finais

Frutos dos múltiplos avanços feitos sob o signo da noção moderna de eficiência e progresso que, por sua vez, foram proporcionados pela artificialidade métrica do relógio, a racionalidade algorítmica e as tecnologias do governo do tempo, instauram um novo regime de temporalidade em que o “tempo real” funciona como paradigma normativo. A retórica do “tempo real” filtra a ideia de mediação e obscurece o quanto as mediações tecnológicas formatam o mundo que percebemos e as ações que levamos a cabo. Com efeito, essa temporalidade não é neutra nem universal: ela constitui um dispositivo de poder que molda subjetividades, estrutura desigualdades e re-

define os modos de existir no tempo, seduzindo-nos com o conforto de não ter de pensar na nossa própria finitude.

Pensar criticamente essa racionalidade é urgente, sendo fundamental avaliar que portas se estão a abrir e que portas se estão a fechar neste esquecimento do tempo como dádiva e na sua redução à ideia de tarefa e de produtividade. Num mundo onde o tempo é cada vez mais governado pelo maquínico, urge praticar formas de temporalidade mais humanas, plurais, justas e saudáveis. É crucial manter em aberto a experiência humana do tempo não programado e não programável, não moldado pela pulsão da obediência, o tempo do imprevisto. O tempo da coragem de enfrentar a incerteza, não como fraqueza humana, mas como potência de solidariedade e criação. Com efeito “a preservação de zonas de incerteza e indeterminação nos fluxos da existência, parecem se tornar tarefas urgentes para uma tecnopolítica da era do algoritmo” (Pereira, 2022).

Por seu turno, a crítica à noção de “tempo real” revela que ela é menos uma neutralidade técnica do que uma ideologia temporal que favorece determinados interesses: velocidade sobre profundidade, controle sobre liberdade, consumo sobre contemplação ou preservação. Romper com essa hegemonia é também um ato político e existencial.

Referências

- Aristóteles. (1983). *Physics* (E. Hussey, Trans.). Oxford: Clarendon Press.
- Camps, V. (2003). *Cidadania*. http://apfilosofia.org/wp-content/uploads/2017/06/VictoriaCamps_Cidadania.pdf
- Chun, W. H. K. (2016). *Updating to remain the same: Habitual new media*. MIT Press.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. Martins Fontes.
- Han, B.-C. (2014). *Sociedade do cansaço*. Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2018). *No exame: Perspectivas do digital*. Editora Vozes Limitada.
- Mbembe, A. (2019). Bodies as borders. *From European South*, 4, 5–18.
- Pereira, P. C. (2022). Racionalidade algorítmica e o governo do possível: Inteligência artificial e o novo poder estatístico. *Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*, 46, 1–24.
- Rouvroy, A., & Berns, T. (2013). Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation. *Réseaux*, (177), 163–196. <https://doi.org/10.3917/res.177.0163>
- Striphas, T. (2015). Algorithmic culture. *European Journal of Cultural Studies*, 18(4–5), 395–412. <https://doi.org/10.1177/1367549415577392>
- Vicente, P. (2023). *Os algoritmos e nós*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Weizenbaum, J. (1991). Computers, tools, and human reason. In D. Crowley & P. Heyer (Orgs.), *Communication in history* (pp. 273–283). Longman.